

O mercado, os serviços de telecomunicações e o Estado contemporâneo:

a busca pela *eficiência* e a perda de governabilidade

*Sérgio Czajkowski Júnior**

Introdução

Para Rifkin, “o papel da propriedade está mudando radicalmente” (2001, p. 3), sinergicamente às alterações cada vez mais sensíveis nas relações existentes entre o Estado, o mercado e a própria população (Esping-Andersen, 1995; Dowbor, 1996; Léfebvre, 1999; Balanco, 2001; Santos, 2000; Frey, 2003), sendo que as implicações de tal processo, dado seu alcance e sua profundidade, ainda não são completamente conhecidas para a sociedade moderna, fazendo com que “vivamos num mundo confuso e confusamente percebido” (Santos, 2000, p. 17).

O que se percebe, no entanto, é que muitas destas mudanças estão se processando ante as transformações sofridas por uma nova entidade que cada vez ganha mais força: o *mercado* (Léfebvre, 1999, p. 21-23), fazendo com

* Mestre em Gestão Urbana (PUC-PR) e professor no Centro Universitário Positivo (UNI-CENP), Curitiba.

<i>Civitas</i>	Porto Alegre	v. 7	n. 2	jul.-dez. 2007	p. 65-80
----------------	--------------	------	------	----------------	----------

que se viva em “uma era de enormes mudanças institucionais, talvez sem precedentes desde o início da Era Industrial” (Senge, 2000, p. 11).

Verifica-se também que, se durante toda a Idade Média, a propriedade e o mercado eram tidos como sinônimos – tanto que a palavra mercado (*market*) apareceu pela primeira vez na língua inglesa em meados do século XII, referindo-se ao espaço físico no qual tanto vendedores como também compradores se reuniam para trocar gado – no final do século XVIII, “o termo distanciou-se de qualquer referência geográfica e passou a descrever o processo abstrato de vender coisas” (Rifkin, 2001, p. 3), fazendo com que sua abrangência e seu poder aumentassem sensivelmente.

Léfebvre (1999), no mesmo sentido, salienta simbolicamente que, no Ocidente Europeu, foi “no final da Idade Média, que a mercadoria, o mercado e os mercadores penetram triunfalmente na cidade” (1999, p. 21), provocando alterações nas relações de poder até então existentes. Pois, se até então, as relações sociais promoviam-se a partir de elementos tangíveis, e estavam moldadas a partir da noção de *tempo natural*, uma vez que os trabalhadores até então estavam acostumados a produzir *por la lógica de la necesidad* (Hardy, 1967, p. 244), com a subsequente prevalência do mercado passa a ser desenvolvida, inclusive, uma nova concepção do tempo.

Esta nova concepção do tempo, homogênea e linear, teve como objetivo a fragmentação (fracionamento) do tempo, com a finalidade de controlá-lo ao máximo, tanto que, a partir desse marco simbólico, as noções de *produção* passam a ser norteadas pela noção de *eficiência* (maior produtividade em menor quantidade de tempo). Como Hardy salienta: *el tiempo se convierte en moneda: no pasa sino que se gasta* (1967, p. 247). O tempo, portanto, tornou-se mais um ingrediente a ser medido e monitorado, porquanto passa a ter um valor, um preço.

Ou seja, a partir do momento em que aconteceu um processo de *desmaterialização do mercado*, deixando de ser mero lugar de reunião de comerciantes e passando a se estruturar dentro da noção de rede (Castells, 1999; Rifkin, 2001), as próprias relações humanas passaram a ser ditadas por esta entidade intangível, cuja força *avassaladora* começou a se fazer presente em maior ou menor grau na vida de todas as pessoas, porquanto “somos profundamente afetados pelos seus humores e oscilações” (Rifkin, 2001, p. 3).

O mercado, que anteriormente podia ser identificado facilmente a partir de uma percepção físico-geográfica (arrolada nas noções de tempo e de espaço), passa a estar inserido num novo tipo de estrutura denominada *espaço de fluxos*, a qual se anteporia ao antigo modelo já enraizado na experiência humana e denominado *espaço de lugares* (Castells, 1999, p. 403-406).

A atual estrutura do mercado, por sua vez, se antagonizaria ante as duas tradicionais dimensões materiais da vida humana: o espaço e o tempo (Castells, 1999, p. 403), porquanto, se por um lado, se percebe claramente que o mercado, enquanto lugar físico, perde a sua força (dada a sua *diluição*), por outro lado, os seus valores, em especial, as noções de efetividade, de competitividade e de lucratividade passam a permear todas as relações sociais.

Verifica-se, portanto, que as pessoas, desde cedo, passam a ser educadas no sentido de acreditarem que quase tudo possui um preço e que, por conseguinte, pode ser colocado à venda (Ferreira e Ferreira, 1995). A vida dos indivíduos, neste tipo de conjuntura, também passa a ganhar contornos ditados pela *mão invisível* do mercado, fazendo com que surja a crença de que acumular bens é algo inevitável, bem como de que todas as relações devam se balizar na noção de eficiência e de competitividade, dificultando a própria aceção do *espaço público* (Hardy, 1967), assim como a noção de *coletividade* (Bermann, 1986). Pois, com o fortalecimento do mercado, “seguiu-se um violento abalo, como uma avalanche, em intensidade e extensão. Todos os limites da moral e da natureza, de idade e sexo, de dia e noite, foram rompidos. O capital celebrou as suas orgias” (Bermann, 1986, p. 85).

Ou seja, o acirramento de certos pressupostos culturais inerentes ao atual momento histórico tem promovido grandes alterações no seio da sociedade ocidental-capitalista, uma vez que a imposição de um novo ritmo – *dominante cultural* – (Jameson, 1996, p. 29) está fazendo com que um sentimento de crescente *competitividade*, em especial nos países de desenvolvimento tardio, gane cada vez mais força.

Pois, nestas regiões, propaga-se a crença de que seu atraso somente poderia ser superado através da adoção de um novo ideário, em que valores como a livre concorrência, o apreço ao trabalho e o mito do vencedor (do *self-made-man*) deveriam ser estendidos a todos os níveis sociais. E que nada poderia ser feito para impedir tal processo, uma vez que este seria um reflexo direto dos *novos tempos*, de um mundo “desencantado, racionalizado e disciplinado” (Smart, 2000, p. 4).

Polanyi, corroborando as proposições acima mencionadas, faz alusão ao fato de que grande parte das mazelas sociais, hoje em dia são percebidas como não sendo fruto direto da sociedade industrial e sim de uma *sociedade de mercado* (2000, p. 290), porquanto seria esta última que estaria assentada em bases sociais totalmente utópicas, uma vez que um de seus principais pilares de sustentação baseia-se na competição e não na cooperação entre as pessoas. Em outras palavras, os indivíduos também estariam perdendo a sua *identidade coletiva*, tornando-se “cada vez mais individualizados quanto as suas capacidades, condições de trabalho, interesses e projetos” (Castells, 1999, p. 503), de tal modo que “nosso mundo, e nossa vida, vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade” (Castells, 2000, p. 17).

Mittleman, no mesmo sentido, defende que: “a competição do livre mercado (*free market competition*) foi elevada a uma ideologia, e esse ícone representa um importante elemento na matriz da globalização” (2000, *apud* Lima Junior, 2004, p. 10), fazendo com que a idéia de *competição*, aliada a uma suposta inexistência de alternativas viáveis a tais acontecimentos, ganhe limites cada vez mais ampliados.

Como não poderia deixar de acontecer, se verifica que o próprio Estado também está tendo que se adequar a este novo rearranjo de poder, no qual o elemento chave das decisões passa a ser o *mercado* e cujos valores passam a ser ditados pela sua lógica interna. Pois, problemas sociais como a falta de empregos, carência de saneamento básico, analfabetismo, mortalidade infantil, dentre outros, em consonância às pressões exercidas pelo *mercado*, fazem com que o Estado esteja tendo que rever o seu papel, na contemporaneidade, na medida em que o antigo *trade-off* básico entre, por exemplo, “o crescimento do emprego e uma seguridade social generosa e igualitária” (Esping-Andersen, 1995, p. 73) passa a perder cada vez mais espaço, ante a visão crescente de um *Estado-empresa*, o qual passaria a não mais se relacionar com seus cidadãos, mas sim com seus *cidadãos-clientes*.

Diante de tal processo, uma das soluções encontradas por muitos Estados foi a de tentar readequar a sua estrutura, através da promoção de um amplo processo de *enxugamento da máquina estatal*, simbolizado, em especial, pelas privatizações, visando a aumentar a sua efetividade. Frey, contudo, salienta que em decorrência dos programas de ajuste estrutural levados a cabo por grande

parte das nações, nas últimas décadas, estão ocorrendo várias alterações na forma através da qual o Estado conduz as suas políticas, verificando-se inclusive certa perda da governabilidade em vários países (2003, p. 165).

Pois se, por um lado, pode-se defender que um Estado mais enxuto, dotado de um menor número de servidores e organizações, seria capaz de promover uma gestão mais eficiente, não se pode, por outro lado, acreditar que a implementação de um processo caótico de privatizações, “engavetando a questão essencial de como e quem serve o Estado” (Dowbor, 1996, p. 25) seja a solução para todas as reivindicações sociais.

Nunes, corroborando o exposto por Dowbor (1996), acredita que, na verdade, a questão da privatização (*desestatização* ou *flexibilização*) ou não dos serviços públicos decorre de um ponto de maior complexidade pautado nas “relações de poder e nas dificuldades do aprofundamento da democratização no mundo contemporâneo” (Nunes, 1996, p. 32). Ou seja, o grande dilema que intriga os teóricos do Estado moderno gira em torno não propriamente dos limites da sua atuação, mas sim das estruturas de poder resultantes de uma maior ou menor intervenção estatal, bem como das conseqüências diretas de tal processo em relação aos interesses da coletividade.

Diante de tal quadro, a pretensão inicial do presente ensaio será a de, em se analisando a atual conjuntura mundial que se coloca em relação ao Estado, tentar verificar se os serviços públicos (em especial os relacionados ao setor de telecomunicações) devem ou não ser providos pelo mesmo, ou se a adoção de um *Estado mínimo* (resultante de um amplo processo de privatizações), e focado em princípios como *eficiência, competitividade, lucratividade*, dentre outros seria a solução final para todos os problemas sociais.

Resultados e discussão

Procurando-se atingir os objetivos propostos, serão apresentadas inicialmente algumas características da atual conjuntura global, marcada por uma gama de alterações nas relações entre o Estado, a sociedade civil e o mercado, bem como por uma contínua valorização do capital intelectual – estruturado dentro da noção de fluxos de informação (Coutinho *et alii*, 1995; Davenport e Prusak, 1998; Funk, 1999; Senge, 2000; Gasparetto *et alii*, 2002; Lévy, 2003).

A valorização das informações, bem como de formas de transmiti-las, decorre do fato de viver-se num momento histórico no qual, diferentemente dos estágios anteriores, os indivíduos, as organizações e os Estados não mais possuem meios próprios destinados ao armazenamento de todo o conhecimento de que necessitam, ao mesmo tempo em que “têm uma capacidade quase ilimitada para acessar a informação gerada pelos demais e potencial para ser um gerador de informação para outros” (Gasparetto *et alii*, 2002, p. 16).

Neste sentido, o capital físico, outrora o motor propulsor de toda a Economia, está deixando de ser visto como o ativo mais importante, cedendo espaço ao *capital intelectual* (Rifkin, 2001; Lemos, 2001), o qual será o grande representante da nova Era Econômica, de tal modo que, caso fossem escolhidas duas características para se definir o mundo moderno, estas seriam: os “saltos paralelos rumo a um planeta mais urbanizado e uma sociedade cada vez mais baseada na rapidez dos fluxos de informação” (Graham, 1996, p. 1).

Burke, caminhando na mesma direção, salienta que a sociedade contemporânea é marcada por alterações sociais e culturais, nunca antes vistas, e que estão promovendo uma compressão “tempo-espaço subsequente à revolução das comunicações” (2004, p. 7). Ou seja, em paralelo às transformações outrora citadas, percebe-se simultaneamente o advento de uma revolução tecnológica, a qual está permitindo que fluxos cada vez mais intensos de dados sejam transmitidos em um tempo cada vez mais curto a distâncias cada vez mais longínquas (Coutinho, Cassiolato e Da Silva, 1995; Graham, 1996; Gasparetto *et alii*, 2002). O que garante, por conseguinte, aos novos meios de telecomunicação, um caráter cada vez mais estratégico; advindo deste ponto grande parte das discussões em torno da possibilidade ou não do Estado vir a assumir tal responsabilidade sozinho, em conjunto com o mercado ou delegá-la a empresas privadas (Pessini e Maciel, 1995; Coutinho, Cassiolato e Da Silva, 1995).

Finalmente, há de se ressaltar que, no final dos anos 1980, início dos anos 1990, surgiu uma nova concepção de governo, estruturada a partir da visão de reengenharia (Jones e Thompson, 2000, p. 49) e baseada no conceito de *reinvenção do governo*. Tal visão fora batizada com os termos: reforma (no Brasil), *reinvenção* (nos EUA) ou ainda modernização do Estado (na

Inglaterra) e pautou-se nos seguintes elementos: maior eficiência (Jones e Thompson, 2000, p. 43 e ss), descentralização político-administrativa – *partnerships* (Goss, 2001, p. 3 e ss), maior prestação de contas – *accountability* (Garces e Silveira, 2002, p. 54), melhor administração de recursos (Garces e Silveira, 2002, p. 53) e *marketização* – implantação de casos de sucesso da iniciativa privada na pública (Ferguson, 2002, p. 107 e ss).

A nova configuração da sociedade moderna

Hawthorne (*apud* Rifkin, 2001, p. 13), quando inquirido sobre os novos contornos que o mundo iria ganhar com o advento da eletricidade, respondeu, em 1851, que o mundo se tornaria um grande cérebro, uma vez que as novas tecnologias que adviriam com a eletricidade, em especial às relacionadas às telecomunicações, fariam com que as interconexões entre os indivíduos proliferassem cada vez mais, permitindo em pouco tempo uma integração de todos.

Tal idéia ganhou ainda mais força, na contemporaneidade, com o advento da noção de *ciberespaço* (Lévy, 1999) – ou de *redes* (Castells, 1999), o qual “é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam este universo” (Lévy, 1999, p. 17).

A partir da leitura destes teóricos e mesmo se percebendo claramente que a sociedade atual ainda está muito longe da consolidação de uma *aldeia global*, verifica-se que os serviços de telecomunicações ganham cada vez mais força, na atual conjuntura, de tal modo que “com a vinda dos microeletrônicos, dos computadores e das telecomunicações para uma única rede integrada de comunicações” (Rifkin, 2001, p. 11) um novo tipo de sistema nervoso global passa a envolver o mundo.

Tal processo de integração global acelerou-se ainda mais com a alteração das antigas formas analógicas de telecomunicação que passaram a ser substituídas por redes digitais, confluindo para um processo denominado: *abordagem em rede*, cujos reflexos transcendem a esfera puramente econômica e social (Pessini e Maciel, 1995).

Tanto que Dowbor, analisando com mais profundidade as transformações tecnológicas mais significativas dos últimos tempos, percebeu que estas poderiam ser divididas em dois grandes eixos. O primeiro seria representado pela Informática, a qual estaria permitindo um aprimoramento nos campos da informação e do conhecimento e o segundo seriam as telecomunicações “que conhecem uma revolução tecnológica ainda mais profunda e dinâmica do que a informática e que estão tornando possível e cada vez mais barato transmitir tudo – textos, imagens, som – em grandes volumes e com rapidez” (1996, p. 23).

Coutinho *et alii* (1995), seguindo o mesmo raciocínio de Pessini e Maciel (1995) e de Dowbor (1996), também salienta que se durante a década de 1980, o ambiente tecnológico internacional sofreu grandes alterações, porquanto as indústrias “tecnologicamente maduras nos anos 60 e 70 foram rejuvenescidas por inovações tecnológicas radicais” (Coutinho *et alii*, 1995, p. 13), na década de 1990 estas transformações se tornam cada vez mais visíveis no âmbito do Estado. Ou seja, o Estado, cada vez mais se viu forçado a se adequar a nova conjuntura global que estava se delineando.

Diante deste contexto, é importante se ressaltar que as transformações oriundas da revolução microeletrônica não se resumiram a meros aspectos sociais e/ou econômicos, porquanto a mais significativa “é a transformação dos demais setores industriais e das atividades de serviços” (Coutinho *et alii*, 1995, p. 17), pois com as novas tecnologias, em consonância ao processo de Globalização e ao alinhamento cada vez mais significativo entre as tecnologias de computação e de comunicações, o próprio papel do Estado, enquanto único ente promotor dos serviços de telecomunicações, por exemplo, começou a ser questionado (Novaes, 2000, p. 147-151).

Em que pese a tese da inevitabilidade do processo de Globalização, ressalta-se que existe um consenso em torno da idéia de que o sistema de redes *telemáticas* é “apontado como o eixo principal necessário ao desenvolvimento dos novos paradigmas produtivos globais” (Mansell, 1994, *apud* Coutinho *et alii*, 1995, p. 23). Assim sendo, o setor de telecomunicações passa a ter um papel chave no que se refere ao processo tanto de geração como também de difusão das novas tecnologias, ganhando uma força outrora não tão expressiva. Pois, “a revolução tecnológica ora em curso induz fortes transformações nas condições operacionais, econômicas e de mercado, repercutindo ainda sobre a configuração setorial e a própria exploração dos serviços” (Pessini e

Maciel, 1995, p. 274), tendo reflexos diretos na própria relação que se estabelece entre os setores público e privado em relação ao serviço de telecomunicações.

É neste contexto que o setor de telecomunicações pode ser visto, portanto, como o grande elemento catalisador dos vários processos presentes na sociedade moderna (Davenport; Prusak, 1998), advindo daí o interesse do mercado, por exemplo, em passar a atuar em um campo outrora tido como monopólio estatal, mas que, na contemporaneidade, ganha contornos cada vez mais estratégicos e lucrativos.

As telecomunicações, o Estado e o mercado

“Desde a década de 70, o setor de telecomunicações nos países industrializados tem atravessado um período de extraordinárias transformações em três níveis básicos: na área tecnológica, no ambiente concorrencial de empresas e países e na esfera de regulamentação institucional dos serviços” (Coutinho *et alii*, 1995, p. 24).

Este último item merece uma atenção especial, na proporção em que, com o incremento da importância do setor de telecomunicações, o mercado passou a exigir uma maior flexibilização legal, em prol de uma possibilidade de atuação bem mais ampla e irrestrita (Pessini e Maciel, 1995), bem como sob a alegação de que o Estado não vinha sendo capaz de prover serviços de qualidade aos cidadãos (Novaes, 2000, p. 147-151).

Diante desse impasse gerado entre as pressões do mercado e a reconfiguração do papel do Estado, surgiram dois modelos gestores: um, sendo aplicado nos EUA e demais países como “Reino Unido, Suécia, Países Baixos, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Argentina, Cingapura, Hong-Kong, Japão (...) Nova Zelândia e Austrália” (Jones e Thompson, 2000, p. 42), adeptos de um modelo gerencial mais ligado à idéia de livre concorrência; e o outro, aplicado em países como a Alemanha e a França, cuja tradição do *welfare state* ainda se faz presente mais fortemente.

No caso norte-americano, preferiu-se, desde a década de 1950, adotar um modelo que se pautava numa maior concorrência entre os diferentes segmentos, a qual veio a produzir uma grande “fragmentação da rede de telecomuni-

cações” (Coutinho *et alii*, 1995, p. 25). Já o modelo preconizado pelos países europeus, em especial a Alemanha e a França, “tendeu a enfatizar a concorrência apenas nos níveis superiores (serviços de maior valor adicionado)” (Coutinho *et alii*, 1995, p. 25), ao mesmo tempo em que preservou o monopólio público da rede básica.

No caso mais específico do mercado brasileiro, salienta-se que em decorrência do processo, em curso, de Globalização não há como negar o papel estratégico da infra-estrutura de telecomunicações em prol da competitividade de qualquer economia nacional, o que somente corrobora uma tendência em se “induzir investimentos crescentes na expansão e na modernização do sistema brasileiro” (Pessini e Maciel, 1995, p. 277-282).

Não obstante, é importante salientar que não existe um paradigma único a ser seguido em prol de uma maior eficiência no mercado de telecomunicações, uma vez que “exemplos bem-sucedidos sob o domínio do Estado (França) ou sob a hegemonia do setor privado (EUA) deixam claro que não existe uma via competitiva única” (Coutinho *et alii*, 1995, p. 32). Ou seja, o importante no caso brasileiro é que o Estado deva assumir um papel amplo de *regulação*, “que pode ser sintetizado pela necessidade de permanente busca do equilíbrio entre a eficiência e equidade” (Pessini e Maciel, 1995, p. 281).

Mesmo se reconhecendo a necessidade de se injetar uma maior quantidade de investimentos no setor de telecomunicações (ação esta que, segundo muitos autores, não estaria ocorrendo à contento no caso brasileiro) é importante se salientar que os serviços de telecomunicações detêm um forte componente estratégico, aliado ao seu caráter eminentemente público.

Tal papel regulatório do Estado brasileiro, atualmente tendo como grande ícone a ANATEL, é sobremaneira importante, na proporção em que tal como Dowbor salienta, “com a força natural que possuem os lugares comuns, generalizou-se a visão de que a dimensão institucional desta *modernização* se resume em privatizar” (Dowbor, 1996, p. 25) tudo e de forma irrestrita uma vez que criou-se a falsa noção de que tudo o que é provido, fornecido e/ou regulado pelo Estado é ineficiente.

Porquanto a crença nesta suposta *ineficiência* do Estado, a qual em parte poderia ser atribuída a sua finalidade pública e, assim, isenta da noção de lucratividade, também pode ser refutada pelo simples fato de se perceber que, muito embora muitos países desenvolvidos sejam corolários de uma política pautada na noção de Estado mínimo, na prática têm feito investimentos cada vez mais pesados na Economia (Goss, 2001, p. 17).

Tal processo é percebido inclusive nos EUA e na Inglaterra, nos quais mesmo após terem passado por um processo de *reestruturação ideológica* advinda com os governos de Ronald Reagan, Margareth Thatcher e John Major (Goss, 2001, p. 69-72), respectivamente, voltaram a intervir na Economia de seus países (Dowbor, 1996, p. 25-27), tal como se pode facilmente verificar pelos dados fornecidos pelo Banco Mundial relativos à participação dos gastos do governo no PIB ou PNB nos países industrializados (durante os anos de 1880 a 1985):

Tabela 1 – participação dos gastos do governo no PIB ou PNB nos países industrializados

Anos	PAÍSES					
	Alemanha	EUA	França	Japão	Suécia	Reino Unido
1880	10 %	8 %	15 %	11 %	6 %	10 %
1929	31 %	10 %	19 %	19 %	8 %	24 %
1960	32 %	28 %	35 %	18 %	31 %	32 %
1985	47 %	37 %	52 %	33 %	65 %	48 %

Fonte: Banco Mundial. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial. Washington. 1991.

Nunes (1996), analisando as conseqüências do atual processo de globalização mundial, assevera, tal como Dowbor (1996), que, se por um lado, se forma num ritmo cada vez mais acelerado um consenso em torno da necessidade urgente de descentralizar e desconcentrar os Estados, sob a alegação de que estes não vêm atendendo às expectativas da população; por outro lado, promovendo-se uma análise mais consistente de tais propostas, se percebe que os partidários de tal ideário nem sempre concordam em torno de quais processos realmente devem ser *desestatizados* (fim dos monopólios estatais), *flexibilizados* (permitindo a co-participação da iniciativa privada) ou ainda *privatizados*.

Ou seja, mesmo diante da constatação de que o Estado não estaria sendo capaz de promover serviços públicos de qualidade para sua população, não se pode radicalizar tal proposição a ponto de se acreditar que tudo o que segue o ideário público é ruim, ao mesmo tempo em que o acatamento das diretrizes da iniciativa privada (do mercado) promoveria, de imediato, uma solução para todos os males.

Ou ainda, acreditar-se que o mercado seria capaz de se auto-regular de forma plena, na medida em que quando se estuda a questão das telecomunicações há de se ressaltar que estas são um serviço essencialmente voltado ao bem estar da comunidade, não devendo se tornar um filão voltado à especulação financeira.

Conclusões

Estudando-se a atual conjuntura mundial, percebe-se que “os governos ao redor do mundo estão buscando reformar-se à medida em que enfrentam pressões como a elevação de custos, o aumento da expectativa pública e a redução da sua legitimidade democrática” (Ferguson, 2002, p. 103). Pois, na contemporaneidade, verifica-se que o próprio papel do Estado contemporâneo passa a ser questionado.

Ao mesmo tempo se percebe que, no caso mais específico do setor de telecomunicações, um dos primeiros e mais importantes pontos a ser ressaltado consiste na verificação de que “o mercado mundial de telecomunicações já é e será mais *concorrencial* (em alguns graus) do que foi no passado” (Coutinho *et alii*, 1995, p. 35) e que tal constatação deriva das fronteiras nacionais não poderem ser mais garantia de mercados “nacionais fechados quanto ao fato de que a proliferação de diferentes serviços tende a provocar a segmentação dos monopólios” (Pessini e Maciel, 1995, p. 319).

Ou seja, muito embora não exista forma de se barrar o atual processo de Globalização, muito menos o crescimento de importância do *mercado*, na atual conjuntura global, há de se lembrar que “o mercado global cria a ilusão de que tudo tende a assemelhar-se e harmonizar-se” (Ianni, 1996, p. 96), fazendo com que não se possa confundir uma maior suposta eficiência estatal com a deturpação da sua finalidade última de valorização dos interesses coletivos.

De tal modo que seria um erro muito grave se acreditar que o mero repasse de setores estratégicos como o de telecomunicações, ante um mero enxugamento da *máquina estatal*, em prol de uma suposta maior efetividade, faria com que todos os problemas cessassem, uma vez que não se pode acreditar que a consecução de um processo caótico de privatizações, “engavetando a questão essencial de como e quem serve o Estado” (Dowbor, 1996, p. 25) seja a solução para todas as reivindicações sociais.

Tanto que Dowbor, fazendo uma analogia com a questão da privatização desenfreada, comenta que se no caso de “uma pessoa gorda que se move mal não se corta a perna para que fique mais leve: busca-se sim melhorar seu modo de vida” (Dowbor, 1996, p. 25), no caso do Estado, a solução não é muito diferente, porquanto o caminho está na busca de soluções institucionais mais flexíveis e democráticas, em especial em setores estratégicos como o das telecomunicações.

Finalmente, ainda seria salutar mencionar a observação tecida por Dowbor, o qual fazendo menção ao Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano, salienta que uma vez tanto o Estado como também o Mercado sendo dominados pelas mesmas estruturas de poder, haveria a necessidade do próprio povo “guiar tanto o Estado como o mercado, que precisam funcionar de maneira articulada” (1996, p. 21), permitindo que a própria população venha a exercer uma influência mais efetiva sobre ambos.

Ou seja, no caso específico do serviço de telecomunicações, a solução não estaria na mera adoção de uma ou de outra ação isolada, mas sim na adoção de medidas que, colocadas em prática, tenham como objetivo maior a satisfação dos interesses da coletividade.

Referências

- ABRUCIO, F.; COUTO, C.G. A redefinição do papel do Estado no âmbito local. *Revista São Paulo em Perspectiva*. V. 10, n. 3, jul.-set., 1996.
- BALANCO, P. *As transformações do capitalismo: elementos teóricos para a composição de uma dialética da globalização*. 2001. Disponível em: <http://globalization.sites.uol.com.br/as22.htm>. Acesso em 14 abr. 2005.
- BERMANN, M. *Tudo o que é Sólido desmancha no Ar: Marx: Modernismo e Modernização*. 15ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BURKE, P. Origens distantes da globalização. *Jornal Folha de São Paulo*. Domingo, 11 de julho de 2004. Caderno Mais, 2004.
- CACCIA BAVA, S. Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social. *Revista São Paulo em Perspectiva*. V. 10, n.3, jul.-set., 1996.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- COUTINHO, L.; CASSIOLATO, J. E.; DA SILVA, A. L. G. *Telecomunicações, globalização e competitividade*. In: COUTINHO, L. et alii. *Telecomunicações, globalização e competitividade*. Campinas: Papyrus, 1995.
- COUTINHO, L. et alii. *Telecomunicações, globalização e competitividade*. Campinas: Papyrus, 1995.
- DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. *Conhecimento Empresarial*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- DOWBOR, L. Governabilidade e descentralização. *Revista São Paulo em Perspectiva*. V. 10, n. 3, Jul.-Set., 1996.
- ESPING-ANDERSEN, C. O futuro do welfare state na nova ordem mundial. *Lua Nova*. n. 35, 1995.
- FERGUSON, M. *Estratégias de Governo eletrônico: o cenário internacional em desenvolvimento*. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (orgs.). *Internet e política. Teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- FERREIRA, L. da C.; FERREIRA, L. da C. *Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o Estado e para a sociedade*. In: HOGAN, D. J. e VIEIRA, P. F. (org.) *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. 2ª edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- FREY, K. Desenvolvimento sustentável local na emergente sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias da informação e comunicação na formação de redes comunitárias. *Revista de Sociologia e Política*, n. 21, Nov 2003.

FUNK, K. Information networking as an instrument of sustainable development. *Social Science Computer Review*. v. 17, n. 1, Spring. 1999. p. 107-114.

GASPARETTO, R. *et alii*. *A Sociedade da Informação no Brasil. Presente e perspectivas*. Grupo Telefônica do Brasil. São Paulo: Takano Editora Gráfica Ltda., 2002.

GARCES, A.; SILVEIRA, J. P. Gestão pública orientada para resultados. *Revista do Serviço Público*. v. 53, n. 4, 2002.

GIL, A. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1991.

GOSS, S. *Making local governance work: networks, relationships, and the management of change*. Palgrave: Houndmills, 2001.

GRAHAM, S. *Rumo à cidade em tempo real. Desenvolvimento urbano numa sociedade globalizada e telemidiática*. 1996. Disponível:
http://www.wisetel.com.br/espaco_de_futuros/vcidade.htm. Acesso em 04 de mai. de 2005.

HARDY, T. *Tradicón, revuelta y consciéncia de clase. Tiempo, disciplina y capitalismo*. Santiago de Chile: Editorial Cuatro Vientos, 1967.

IANNI, O. *Globalização e diversidade*. In: FERREIRA, L. da C.; VIOLA, E. (orgs.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

JAMESON, F. *Pós-modernismo a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

JONES, L. R.; THOMPSON, F. Um modelo para a nova gerência pública. *Revista do Serviço Público*. v. 51, n. 1, 2000.

LÉFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEMOS, A. *As cibercidades*. In: LEMOS, A.; PALACIOS, M. *As janelas do ciberespaço*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

LÉVY, P. *A cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, P. *Pela ciberdemocracia*. In: MORAES, D.d. (org.). *Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2003.

LIMA JÚNIOR, P. de N. *A competição interurbana em questão*. *Anais do X Encontro da ANPUR*, 2004.

NOVAES, A. *Privatização do setor de telecomunicações no Brasil* In: PINHEIRO, A. C.; FUKASAKU, K. *A privatização no Brasil. O caso dos serviços de utilidade pública*. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

NUNES, E. Poder local, descentralização e democratização. *Revista São Paulo em Perspectiva*. V. 10, n. 3. Jul.-Set., 1996.

PESSINI, J. E.; MACIEL, C. S. Modelos de regulamentação e políticas públicas em telecomunicações In: COUTINHO, L. *et alii*. *Telecomunicações, globalização e competitividade*. Campinas: Papirus, 1995.

POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

RIFKIN, J. *A era do acesso*. São Paulo: Makron Books, 2001.

SANTOS, A. R. dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 6ª edição revisada. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

SENGE, P. *A quinta disciplina*. 6ª edição. São Paulo: Editora Best Seller, 2000.

SMART, B. *A pós-modernidade. Razão moderna, imaginação pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.